



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo n°: **3001239-85.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Boletim de Ocorrência Circunstanciada - Posse de Drogas para Consumo Pessoal**
 Documento de Origem: **BO, BO - 111/2013 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos, 287/2013 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos**
 Requerente: **Ministério Público**
 Infrator: **FABIO JUNIO GHILARDI FILHO e outro**
 Data da Audiência: **30/10/2013**

Justiça Gratuita

Audiência de apresentação nos autos de Ação Socioeducativa nº **1332/2013**, realizada no dia 30 de outubro de 2013 sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito Titular da Vara. Apreogados, verificou-se a presença do DR. MARIO JOSE CORREA DE PAULA, DD. Promotor de Justiça; a presença do adolescente MATHEUS DE SOUZA ALVES e do responsável, desacompanhado de defensor tendo o MM. Juiz nomeado a DPE, estando presente neste ato o Defensor Público DR. JONAS ZOLI SEGURA. Iniciados os trabalhos o MM. Juiz procedeu à audiência de apresentação, nos termos do artigo 184, do E.C.A.; neste ato, o adolescente e seu representante legal nomeados nesta ata estão cientes dos termos da representação e da imputação nela contida; também está ciente da representação e de seu inteiro teor o defensor nomeado para a defesa dos interesses do representado nomeado nesta ata. A seguir pelo representado foi dito que realmente praticou os fatos narrados na representação; por seu representante legal foi dito que nada sabe sobre os fatos narrados na representação. A seguir pelo Defensor, nos termos do artigo 186, § 3º, do E.C.A., foi apresentada defesa neste ato, deixando de arrolar testemunhas, por impossibilidade, e pleiteando a aplicação de medida sócioeducativa em meio aberto, evitando-se qualquer medida que possa implicar no cerceamento de liberdade. A seguir pelo representante do Ministério Público e pela defesa, foi pleiteado que se procedesse ao sentenciamento do feito, com aplicação de medida sócio-educativa em meio aberto, uma vez que não existem testemunhas a serem ouvidas em audiência. A defesa manifestou-se nos seguintes termos: "Requeiro a improcedência da ação tendo em vista que a busca pessoal é ato privativo de polícia judiciária, a qual tem atribuições determinadas pela Constituição, todavia, no caso concreto, foi realizada por guarda civil municipal". A seguir pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: "O adolescente nomeado nesta ata foi representado pela prática de ato infracional, tendo confessado a sua realização. Assim, considerando que a confissão judicial está em harmonia com os demais elementos de convicção colhidos nos autos, julgo procedente a representação. A medida sócio-educativa cabível deve ser a de **ADVERTÊNCIA**. Ante o exposto, julgo procedente o pedido contido na representação e aplico ao adolescente MATHEUS DE SOUZA ALVES a medida sócio-educativa de **ADVERTÊNCIA** pela prática de ato infracional descrito em lei penal como **PORTE DE DROGA**. A seguir, pelas partes foi dito que concordavam com a medida acima e que desistiam do prazo de recurso. Pelo MM. Juiz foi dito o seguinte: "Vistos. Diante da desistência do prazo de recurso, delibero a aplicação da medida". A seguir pelo Meritíssimo Juiz foi feita a seguinte **ADVERTÊNCIA: não praticar outros atos infracionais**, e impostas as seguintes condições a serem cumpridas pelo referido menor: **não frequentar lugares não recomendáveis à adolescentes, não andar com más companhias e matricular-se e frequentar escola e/ou manter ocupação lícita**. A presente advertência é aplicada de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente. O adolescente e o responsável aceitaram os termos da advertência e se comprometem a cumpri-la, sob pena de ser adotada outra medida prevista na mencionada lei. Advertido o adolescente, o MM. Juiz determinou que fossem estes autos arquivados com as cautelas de estilo. Publicada em audiência, saem os presentes intimados. Nada mais. Lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, escrevente, digitei e subscrevi.

MM. Juiz:

Promotor:

Defensor Público:

Adolescente:

Responsável: